

CVE: 7/15

**Questão:** Por indicação de tribunal o meu ex-marido está a pagar-me mensalmente o valor de 25€ referente a um incumprimento relativo á comparticipação de despesas de saúde/educação e vestuários no período compreendido entre Novembro de 2013 e Maio de 2014. A duvida surge no modo em que ele pode refletir esse valor no seu IRS de 2016, uma vez que não tem qualquer fatura (nunca lhe entreguei nenhuma), ou seja nunca usufrui de qualquer benefício sobre esse valor. Deverá neste caso juntar este montante ao valor da pensão de alimentos e declarar a total como pensão de alimentos? ou apesar de não ter qualquer fatura/comprativo deverá declarar como despesa de saúde ou educação. Qual a forma legal de agir nesta situação. Obrigada |

**RESPOSTA:**

A resposta à questão que coloca é reflexamente dada pelo art. 83.º-A do Código do I.R.S..

*Artigo 83.º-A*

*Importâncias respeitantes a pensões de alimentos*

*1 - À coleta devida pelos sujeitos passivos são deduzidas 20 % das importâncias comprovadamente suportadas e não reembolsadas respeitantes a encargos com pensões de alimentos a que o sujeito esteja obrigado por sentença judicial ou por acordo homologado nos termos da lei civil, salvo nos casos em que o seu beneficiário faça parte do mesmo agregado familiar para efeitos fiscais ou relativamente ao qual estejam previstas outras deduções à coleta ao abrigo do artigo 78.º*

*2 - A dedução de encargos com pensões de alimentos atribuídas a favor de filhos, adotados, enteados e afilhados civis, maiores, bem como àqueles que até à maioridade estiveram sujeitos à tutela, depende da verificação dos requisitos estabelecidos na alínea b) do n.º 5 do artigo 13.º*

Quando se refere a “indicação” do tribunal, parto do pressuposto de que se refere a uma decisão judicial/sentença, que na resolução da ação de incumprimento, julgou o incumprimento verificado, e decidiu pelo pagamento mensal da quantia de €25,00.

A ser assim, estamos no âmbito daquilo que o Código do IRS prevê, pois trata-se de uma obrigação ditada pelo tribunal, pelo que poderá declarar essa despesa como pensão de alimentos no Anexo H da declaração, juntando ao montante da pensão de alimentos que já pagava.



Caso não exista decisão judicial e o que fala ser apenas um mero “conselho” do tribunal, ou uma indicação sem força de decisão, não poderá declarar essa despesa no Anexo H, pois não existirá decisão judicial que a suporte e fundamente.

13.10.2015

Lara Duarte Ramos

Advogada